

LIDERANÇA DA BANCADA DO PT NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

O Governo Bolsonaro e a Plenitude do Agronegócio

Gerson Teixeira¹
Brasília, 26/11/2018

O futuro presidente da República assumirá o governo num contexto de aprofundamento dos problemas históricos e das tensões sociais que marcam a realidade agrária brasileira. A propósito, a própria eleição de Bolsonaro serviu de combustão ao clima de tensão social no campo, pela virulência dos discursos do candidato que encorajou atitudes equivalentes por parte de setores da extrema direita rural.

Vale assinalar que o atual quadro agrário nacional é fruto de processo histórico que culminou com a hegemonia superlativa do agronegócio no Brasil. No entanto, esse quadro foi agravado desde o golpe de 2016 com a paralisação do programa de reforma agrária; com as políticas negativas para as populações indígenas e quilombolas; e com a fragilização (ou extinção em alguns casos) dos vários programas de apoio à economia camponesa. Ou seja, desde Temer ocorreu o abandono das contramedidas conquistadas ou ampliadas desde os governos do PT, que em algum grau protegiam os segmentos sociais das áreas rurais mais vulneráveis à expansão do agronegócio.

Pode-se dizer que por força de um evento histórico aleatório, Temer ‘preparou o terreno’ para a política de ‘terra arrasada’ e de terror e retrocessos sociais para as áreas rurais que se espera do governo Bolsonaro. Uma expectativa fundada no perfil e compromissos políticos da sua equipe e, com mais força, na própria retórica e história do futuro presidente: no geral, incompatível com os valores democráticos, e particularmente violenta e antagônica às populações indígenas, quilombolas e camponesas com um todo.

Temer extinguiu o MDA; base de articulação no campo institucional da agricultura familiar e dos demais segmentos sociais subalternizados das áreas rurais. Mas, de todo o modo, e em que pese o ‘abandono’ das políticas, manteve as competências do MDA na esfera da presidência da República. Bolsonaro não apenas parece já ter decidido transferi-las, justamente para o MAPA; ‘casamata ativa’ da articulação política dos interesses das oligarquias e do agronegócio, mas as ações para esses segmentos estarão sob a responsabilidade de uma personagem que integra a cepa mais atrasada das oligarquias rurais.

Com o aval do presidente, a futura Ministra da Agricultura já antecipou as suas prioridades à frente do Ministério e todas convergem para um núcleo estratégico que gira em torno da remoção das barreiras institucionais, sociais e ambientais para o maior avanço da grande exploração capitalista, notadamente daquela voltada para o mercado externo. Na verdade, a Ministra Tereza Cristina deverá transferir para o governo a agenda ultraconservadora para as áreas rurais acordada no âmbito da Frente Parlamentar da Agropecuária por ela liderada desde fevereiro de 2018. Para esta missão, além do apoio incondicional do presidente a Ministra contará com

¹ Assessor Técnico

a ajuda do presidente da UDR, Nahan Garcia comandando a Secretaria Especial de Assuntos Fundiários. Com isso a política fundiária, ou mesmo o que subsistir da política de assentamentos deverá ser totalmente funcional à expansão da fronteira agrícola via a grande exploração. De outra parte, a fim de evitar qualquer constrangimento de ordem ambiental para o seu empreendimento consta que a Ministra deverá indicar o titular do respectivo Ministério.

Em tese, considerando o ambiente econômico ultra neoliberal do novo governo e, associado, a sua absoluta indiferença aos interesses nacionais, democráticos e populares, o governo Bolsonaro deverá demolir o aparato de mediações institucionais que ainda restam, e que minimamente limitam os interesses das oligarquias e dos capitais que controlam o agronegócio.

Nessa direção, nos trabalhos da transição de governo a Deputada Tereza Cristina já antecipou algumas diretrizes para a sua futura gestão: (i) trabalho em conjunto com o MRE na abertura e ampliação de mercados externos para o agronegócio brasileiro e; (ii) no front interno: (a) “modernizar a legislação sobre defensivos”; (b) rever ainda mais a legislação trabalhista para a área rural, provavelmente inspirada no ‘famoso’ PL nº 6.442/2016, de autoria do Dep. Nilson Leitão; (c) segurança jurídica para os investimentos (entenda-se como toda a sorte de ações nas áreas fundiária, ambiental, de revisão/flexibilização da exploração das terras indígenas, e de repressão aos movimentos sociais); (d) dispensa do licenciamento ambiental para a agropecuária, afora outras medidas nas áreas de infraestrutura/logística e nas políticas agrícolas.

Porém, conforme veremos adiante, ainda que o contexto político favoreça o projeto da plenitude do agronegócio sob a liderança institucional da futura Ministra, certamente não será um voo em ‘céu de brigadeiro’. Contradições e mazelas internas ao governo, limitações pessoais do presidente e resistências políticas no plano social tenderão a frear as ambições do projeto.

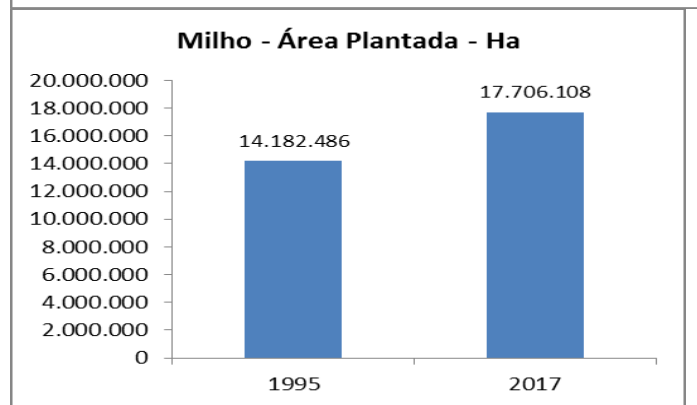
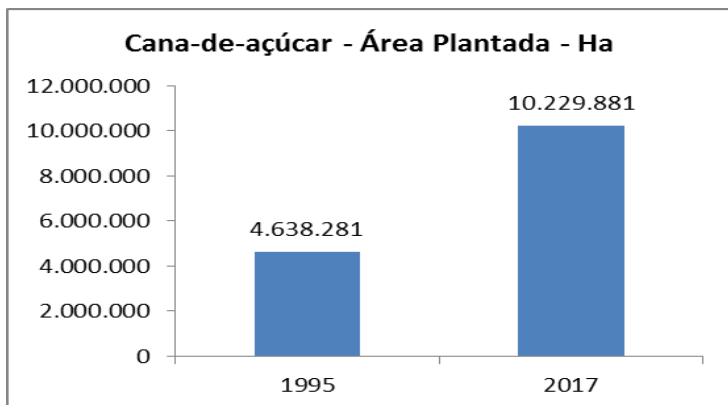
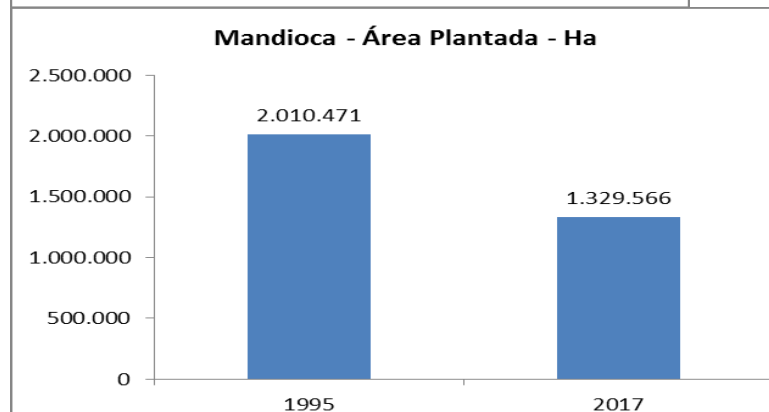
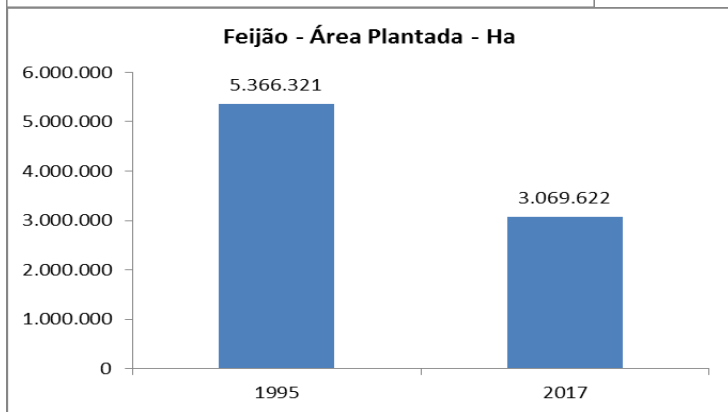
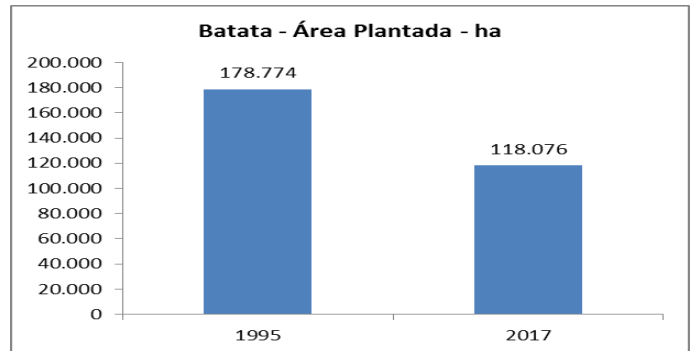
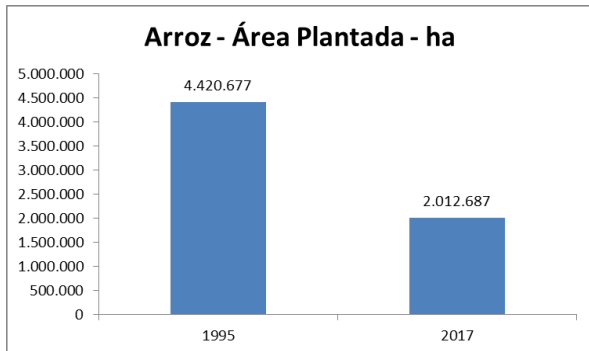
No plano econômico, mais especificamente pelo lado da demanda, o projeto contará com a grande oportunidade ensejada pelos contenciosos comerciais entre EUA e China. Mantidos os contenciosos traduzidos em majoração de tarifas, e caso o governo Bolsonaro não se renda em definitivo ao governo americano, a demanda chinesa por produtos do agronegócio permanecerá crescendo em escala exponencial.

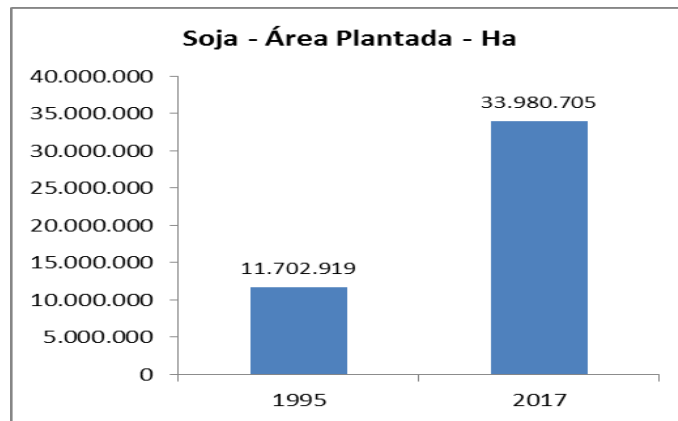
A China foi responsável por 36% das compras externas dos produtos do agronegócio entre janeiro e outubro de o presente ano. As importações chinesas totalizaram US\$ 30.3 bilhões. Em 2010, a participação da China foi de 16.4%, ou seja, menos da metade da atual. Outro fator que pressionará o mercado brasileiro no curto prazo é a retomada das importações de carne suína pela Rússia.

No entanto, abstraindo-se os efeitos colaterais socioambientais, temos que subjacente a essa forte possibilidade de incentivo à expansão territorial interna ainda maior das commodities nobres do agronegócio, vislumbram-se pelo menos duas ordens de problemas. O primeiro, relativo à ampliação da dependência econômica com a China, o que particularmente no caso das atividades primárias do agronegócio, implica, adicionalmente, em riscos à soberania territorial e alimentar do Brasil.

Associadamente, observaremos processo ainda mais vigoroso de substituição das culturas que integram a dieta básica da população pelos produtos nobres do

agronegócio. Na atualidade esse processo já é marcante e arrisco afirmar que o Brasil só não experimenta importante crise no abastecimento alimentar em função da queda no consumo desses produtos conforme temos demonstrado com dados da ABRAS- Associação Brasileira de Supermercados. A própria FAO já alertou que o Brasil estaria de volta ao famigerado mapa da fome. As figuras a seguir (Fonte: IBGE) demonstram, comparando 2017 com 1995, a redução nas áreas plantadas de culturas básicas como arroz, feijão, mandioca e batata. Em contrapartida, constata-se, no período, a forte expansão das áreas plantadas de milho, cana e soja.





O fato é que na atualidade (posição de 2017) o Brasil já destina 27.4 milhões de hectares, o correspondente a 45% da área total com grãos, para a produção de soja enviada para o mercado externo. Somente para a China o Brasil utiliza 16 milhões de hectares do seu território para atender a demanda daquele país.

Conforme dito, o projeto da plenitude do agronegócio deverá enfrentar dificuldades. Em primeiro lugar, enfrentará contradições dentro do próprio governo. É sabido que para os setores do agronegócio a ideologia neoliberal só tem consistência nos discursos. Trata-se de um setor onde as subvenções bilionárias com recursos públicos e a diversidade de normas garantindo os seus interesses exercem papéis preponderantes na sua sustentação econômica. É possível que na busca por maiores subvenções Tereza Cristina enfrente sérias resistências junto ao Czar da economia. Afora isso, herdará instituições como o próprio MAPA, Inca, etc, sucateadas, com déficits de servidores, no geral, mal remunerados; e com processos massivos de aposentadorias. Claro que em se tratando do governo Bolsonaro, parte dos serviços públicos setoriais poderá ser delegada ao setor privado. De todo o modo, não será uma tarefa simples até porque em muitos casos, dependerão da chancela do Congresso.

Contudo, as maiores resistências a serem enfrentadas pela futura Ministra estarão nas lutas sociais que até em contrapartida ao ambiente político de extrema adversidade poderão intensificar e tornar mais sistemáticas as suas ações unitárias de resistências envolvendo os movimentos sociais e sindicais dos trabalhadores rurais; os movimentos ambientalistas e de defesa das causas indígenas entre outros setores do campo popular progressista. A Ministra sabe, ou deveria saber que ao comemorar o futuro controle sobre as políticas agrária, fundiária e para a agricultura familiar deveria comemorar, também, o “diálogo” que obrigatoriamente trará com esses movimentos.